

A Revista *Temporalidades* lança sua quarta edição cumprindo sua proposta primordial de reunir trabalhos originais relevantes para a História e áreas afins, privilegiando a produção discente, principalmente dos programas de pós-graduação de todo o Brasil e do exterior. Esta edição caracteriza-se pela diversidade temática e temporal, que vem constituindo-se como uma marca da revista. São apresentados artigos que tratam de períodos e fontes bastantes distintas - dos cartulários da Idade Média às histórias em quadrinhos do século XX - bem como de temas clássicos e tradicionais da historiografia, como a escravidão, e temas caros à contemporaneidade, como a questão ambiental e os diferentes usos e funções do conceito de raça. O quarto número marca o encerramento da gestão 2009/2010 e, com muita expectativa e honra, dá as boas vindas ao conselho que irá continuar os trabalhos da revista em 2011.

O entrevistado desse número é o professor português Nuno Gonçalo Monteiro, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre novembro e dezembro de 2010 esteve de passagem por Belo Horizonte - ocupando a Cátedra de Estudos Íbero-Latino-Americanos do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG - quando lhe foi feito o convite para essa entrevista. Nela, discutimos sobre suas escolhas temáticas, a relação de seus estudos, e da historiografia portuguesa, com a historiografia brasileira, suas influências teóricas e sua trajetória acadêmica de maneira mais ampla.

No artigo *Boticários e farmacêuticos: divergências e conflitos nas artes de curar na região das Minas Gerais na segunda metade dos oitocentos*, Deyse Marinho de Abreu envereda pelos caminhos da ciência, da técnica e das artes de curar. A autora nos mostra como a prática da medicina e da farmácia foi se instituindo como saber científico ao longo do século XIX. Por meio da crítica documental de processos crimes e de querelas executadas pelos chamados “profissionais da cura” foi possível que a autora traçasse um perfil de reclamações que acabou delineando os limites da atuação de boticários, farmacêuticos, cirurgiões, médicos e curandeiros.

Variando a temática, dois artigos contribuem para uma reflexão teórico-metodológica acerca da prática historiográfica. Ítalo Domingos Santirocchi, no artigo *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*, faz uma análise sobre a política católica no mundo cristão atentando para a necessidade de rever a historicidade dos conceitos Ultramontanismo e Romanização. Para o autor estes dois conceitos universalistas tomados como sinônimos são apropriados e resignificados em diferentes lugares e momentos históricos pelos grupos de poder que operam no interior da Igreja. O leitor depara-se com uma história processual de dois conceitos clivados de temporalidades e que refletem os conflitos e as disputas de diferentes momentos históricos. Neste artigo, a história institucional da igreja é evidenciada pelos conflitos que condicionam as diretrizes de integração do catolicismo institucional e popular na Europa e no Brasil entre o período moderno e contemporâneo.

Já Bruno Tadeu Salles, em *A discussão do Novum Militiae Genus e os problemas colocados às fontes relativas aos Templários: o público, a função e a verdade do documento*, dedica-se ao estudo crítico das fontes vinculadas à Ordem dos Cavaleiros Templários. A partir de uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da análise documental, o autor expõe três questões que se apresentam primordiais para o seu estudo, mas que são igualmente importantes para qualquer pesquisa histórica. Primeiramente, a avaliação do(s) público(s) a quem se destinavam as fontes no período em que foram produzidas, visando à delimitação do caráter específico de cada mensagem e a compreensão da intencionalidade dos testemunhos. Em segundo lugar, destaca a impossibilidade e os limites de um documento ser a representação da “verdade”, afigurando-se muito mais como um discurso sobre o real. Em terceiro lugar, mas não menos importante, assevera a necessidade de se pensar as funções atribuídas às fontes não somente no passado, mas também na pesquisa histórica.

O artigo de Marcelo Crisafuli Nascimento Almeida investiga os espaços de produção, inserção e circulação de práticas musicais populares em São João del Rei entre o final do século XIX e o início do XX. A partir da análise de um jornal local, o autor constata que, a despeito dos gêneros musicais populares se darem em espaços restritos e periféricos da cidade, eles circulavam entre variados setores daquela sociedade. Segundo Almeida havia um trânsito das autoridades nos espaços citadinos. Estas frequentavam tanto as festas das elites quanto os folguedos populares e batuques, bem como os músicos que estavam presentes no “pagode das vendas” também compunham as orquestras que se apresentavam nos elegantes salões, igrejas e teatros do centro da cidade.

A historiografia literária no Brasil oitocentista e sua importância para a construção da identidade nacional é abordada no artigo de Pietro Detoni, *As histórias literárias e os primeiros esforços por síntese no Brasil oitocentista. Ensaio de história da historiografia*. O autor constata que através das histórias literárias se articularam ideologias na tentativa de valorizar a formação histórica brasileira. À historiografia literária coube a função cívica de construir o sentido da trajetória do Brasil no tempo, uma vez que se despontava recentemente como nação independente de Portugal.

No artigo *Raio Negro: um super-herói brasileiro entre disputas de mercado e de identidade (1965-1966)*, Aline de Castro Lemos analisa a construção de um super-herói brasileiro, moldado nos parâmetros norte-americanos durante a década de 1960. O que se percebe é como um modelo que só tem funcionalidade dentro da cultura dos Estados Unidos recebe uma nova significação para atender demandas configurando-se para formar uma identidade brasileira. Os valores norte-americanos que estão condensados no super-herói são diluídos e tomam outros contornos por causa do contexto nacional. A autora coloca em questão que tal super-herói não se compatibilizaria com a realidade sócio-cultural brasileira.

No artigo de Heloisa Souza Ferreira, *Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888)*, são analisados anúncios de fuga, compra, venda e aluguel de escravos editados nos jornais do Espírito Santo durante o século XIX. A autora observa que os anúncios que denunciavam a fuga de escravos funcionavam como um veículo de coação aos infratores da lei. Também observa que as relações entre senhores e escravos, pautadas em um sistema rigidamente hierárquico, ditavam um conjunto de códigos morais e valores, formulando um ideário do que era “justo” nesta sociedade. Desta forma, ao delatar uma fuga, muitas vezes o senhor tinha conhecimento do motivo da “escapada”. Sobre os anúncios referentes à venda e aluguel, nos quais os escravos são coisificados, constata-se que as transações de cativos levavam em conta apenas os interesses econômicos da elite senhorial.

No artigo *Clóvis Moura e o livro Rebeliões da Senzala: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava*, Gustavo Orsolon de Souza aborda a influência desta obra na historiografia da escravidão entre as décadas de 1930 e 1960. Um dos fatores mais relevantes do trabalho apresentado é a recuperação da historicidade dos debates acalorados sobre a escravidão no Brasil. O autor nos apresenta um panorama sobre as interpretações historiográficas dos principais intelectuais brasileiros sobre a obra *Rebeliões da Senzala* envolvendo os conceitos de resistência e revoltas escravas.

Fernanda do Nascimento Thomaz, no artigo *Quem somos nós e quem são eles? Os filhos da terra e suas relações coloniais no sul de Moçambique (1908-1925)*, retrata a exploração colonial a partir da imigração portuguesa nas últimas duas décadas do século XX. Para a autora, o surgimento em Moçambique de um grupo de africanos descendentes de europeus contribuiu para uma nova estrutura sócio-jurídica, identitária e cultural favorável ao processo de colonização. Através da análise de jornais que veiculavam ideais do grupo de afro-portugueses foi possível observar a valorização do imaginário europeu sobre a cultura local. O trabalho constitui uma crítica às questões raciais e à valorização da cidadania aos moldes da cultura ocidental.

Ruth Lucimar Gomes faz uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre entre os anos de 1907 e 1917 por meio do estudo de periódicos regionais. Parte de uma perspectiva teórica que não con-

sidera a mulher como objeto da história, mas sim o lugar que ela ocupa, suas condições de vida e os papéis que assume. A autora revela, assim, o lugar do gênero feminino na formação da incipiente sociedade acreana, discutindo os espaços por elas ocupados e as representações sobre elas construídas em um mundo marcadamente masculino.

Os autores Cláudia Ayer, Danielle Uchoa, João Ivo Duarte Guimarães, Raquel Rodrigues e Sarah de Barros Viana Hissa contribuem com uma importante reflexão sobre a história das artes plásticas mineira no artigo *Aníbal Mattos: fomentador das Artes Plásticas na cidade de Belo Horizonte no início do século XX*. Nesse trabalho é enfocada a atuação do pintor Aníbal Mattos no circuito artístico belo-horizontino, apontando sua contribuição para a cultura da capital mineira. Os autores ainda lançam a pertinente questão de como aquele artista se portou diante das correntes modernistas emergentes que colidiam com as suas tendências acadêmicas.

Esta edição conta ainda com duas resenhas que abordam temáticas bastante distintas, mas muito relevantes para a contemporaneidade. A primeira trata da questão ambiental e é dedicada ao livro *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*, organizado por José Augusto Pádua e prefaciado por Ignacy Sachs, com edição original de 2009. Manuel Amaral Bueno analisa os capítulos escritos por autores de diversas áreas do conhecimento sob uma perspectiva bastante crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável defendido na obra, apresentando, assim, um interessante exercício reflexivo sobre o assunto.

A segunda resenha deste número dedica-se ao livro *Uma Gota de Sangue: História do pensamento racial*, de Demétrio Magnoli. Fernando Mattioli Vieira aborda uma questão que se desenvolve no Brasil desde o período colonial e na atualidade se revela como um dos maiores problemas étnico-sociais do país. Assunto polêmico, mas de grande relevância, Mattioli aponta como o autor do livro recorreu à historiografia para desmistificar as ideias de superioridade étnica e de raça que foram difundidas em todo mundo desde o início do século XIX. Terminado esse percurso histórico são apontadas soluções apresentadas por países que sofreram com problemas raciais na criação de medidas de compensação aos grupos que foram lesados. Dialogando com autores como Gilberto Freyre e outros sociólogos e historiadores, o autor levanta a polêmica questão sobre o racismo no Brasil refletindo sobre os malefícios e benefícios que as políticas inclusivas podem gerar na sociedade brasileira.

Para finalizar esta edição contamos com a transcrição documental de Daniel Precioso sobre o furto de brincos de ouro ornados com diamantes de uma imagem de Nossa Senhora do Parto, em 1760, em Vila Rica do Ouro Preto. O autor faz uma análise comentada do processo jurídico e do imaginário social envolvendo a produção do auto de devassa civil aberto no Juízo Ordinário do Senado da Câmara de Vila Rica contra a mulata Rita acusada pelo furto dos brincos.

André Mascarenhas Pereira
Carolina Marotta Capanema
Rangel Cerceau Netto